



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS  
Praça Ancelmo Ferreira Guimarães S/Nº - Araguatins - TO  
GABINETE DO PREFEITO

Lei 1204/2016

Araguatins TO, 04 de março de 2016

**“Estabelece os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.”**

O Prefeito Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto nos incisos I e II do Artigo 30 e, inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Ficam estabelecidos nesta Lei, os casos de contratação de pessoal para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, mediante contrato sob o regime especial de direito administrativo, nos termos do que dispõe o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

**Art. 2º** Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a promover as contratações necessárias para o normal andamento dos serviços públicos a cargo do ente municipal, para atender as unidades da Administração Direta, e Indireta e, para atender aos convênios, acordos e programas pactuados com entes públicos e civis de interesse público.

**Art. 3º** A contratação pelo Regime Especial de Direito Administrativo será precedida de seleção simplificada de candidatos, observadas as peculiaridades do cargo, quanto aos pré-requisitos para o exercício.

§ 1º A duração dos Contratos Temporários definidos na forma desta Lei será de 12(doze) meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS  
Praça Ancelmo Ferreira Guimarães S/Nº - Araguatins - TO  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 4º** Justifica-se a excepcionalidade do interesse público para a contratação de serviços pelo Regime Especial de Direito Administrativo, as seguintes situações:

I – necessidades decorrentes de leis específicas de reestruturação organizacional com a ampliação e criação de órgãos, unidades administrativas e/ou operacionais;

II – decorrentes de execução de programas dos Governos, Federal e Estadual e, de celebração de convênios, ajustes e acordos, com os entes públicos e civis de interesse público, que exijam contratação de pessoal para a sua execução;

III – decorrentes de frentes de serviços criadas para resolver problemas emergenciais, sociais ou de calamidade pública;

IV – decorrentes de contratações necessárias para a execução de obras e serviços de engenharia pela administração direta;

V – decorrentes de necessidades deixadas por servidor efetivo afastado temporariamente do cargo por qualquer dos motivos definidos na Lei Municipal 561/94 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Araguatins TO), por período não inferior a três meses, caso não se trate de servidor do quadro docente, cuja providência não deverá ser superior a 30 (trinta) dias para a substituição do ausente.

**Art. 5º** Será assegurado ao servidor contratado, os seguintes benefícios:

I – Quando o cargo a ser preenchido pela contratação existir no quadro efetivo, deverá ser pago o mesmo salário base inicial do respectivo cargo efetivo ao servidor contratado;

II – décimo terceiro salário na forma definida pelo §3º do Artigo 39, combinado com o inciso VIII do Artigo 7º, da Constituição Federal;

III – salário nunca inferior ao mínimo, na forma prevista pelo inciso VII do Artigo 7º da Constituição Federal;

IV – as vantagens definidas na Lei Municipal 561/94 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Araguatins);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS  
Praça Ancelmo Ferreira Guimarães S/Nº - Araguatins - TO  
GABINETE DO PREFEITO

V – gozo de férias anuais remuneradas com um terço a mais do que o salário normal (§ 3º do Art. 39 combinado com o inciso XVIII do Art. 7º da Constituição Federal);

VI – filiação ao sistema oficial de previdência da União (INSS) e, respectivas seguridades sociais, na forma prevista na Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e, nos incisos XVIII, XIX, XXIII e, XXVIII, do Artigo 7º da Constituição Federal.

**CAPÍTULO III**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 6º** O Chefe do Poder Executivo Municipal, no que couber, regulamentará a presente lei observando as situações previstas no artigo 4º e seus incisos.

**Art. 7º.** Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUATINS,  
Estado do Tocantins, aos 04 dias do mês de março de 2016.

  
**LINDOMAR LISBOA MADALENA**  
Prefeito Municipal

  
**JOSENILDO MARQUES AMADO**  
Secretário Municipal de Administração



Art. 1º - Fica aprovado o projeto de lei municipal que cria o Conselho Municipal de Educação, com a redação dada no art. 1º da Lei Municipal nº 1.234, de 24 de maio de 1961, e nos incs. XXIII, XIX, XXII e XXVII da Lei Municipal nº 1.234, de 24 de maio de 1961.

Art. 2º - Fica aprovado o projeto de lei municipal que cria o Conselho Municipal de Educação, com a redação dada no art. 1º da Lei Municipal nº 1.234, de 24 de maio de 1961, e nos incs. XXIII, XIX, XXII e XXVII da Lei Municipal nº 1.234, de 24 de maio de 1961.

CAPÍTULO II  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º - O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte composição: o Prefeito Municipal, no cargo de Presidente, e sete membros, nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo três membros do Poder Executivo, dois do Poder Legislativo e dois do Poder Judiciário.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº 1.234, de 24 de maio de 1961, em tudo que se referir às disposições em contrário.

CABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARARAQUARA  
Araraquara, 24 de maio de 1961.

LEONARDO FERREIRA  
Prefeito Municipal

JOSEILDO MARQUES  
Secretário Municipal de Educação

